

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 1.857, DE 2024

Dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta a síndrome de fibromialgia, e dá outras providências.

Autor: Deputado NITINHO

Relatora: Deputada CARMEN ZANOTTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.857, de 2024, de autoria do Deputado Nitinho, pretende estabelecer a validade permanente do laudo médico que atesta a síndrome de fibromialgia, dispensando a necessidade de renovação para comprovação da condição perante órgãos públicos e privados.

O autor da proposição justifica sua iniciativa destacando que a fibromialgia é uma síndrome crônica que se manifesta com dores no corpo todo, principalmente nas articulações, músculos e outros tecidos moles, por longos períodos. O autor argumenta também que, além das dores, a doença causa fadiga, distúrbios do sono, depressão, ansiedade e outras dificuldades que impactam negativamente a qualidade de vida dos pacientes. Aponta ainda que o reconhecimento dessa condição como permanente pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva, evitando que os pacientes necessitem de constantes renovações de laudos médicos para garantir seus direitos e cuidados.

A matéria, que tramita sob o rito ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída à Comissão de Saúde, para exame de mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania,



para aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

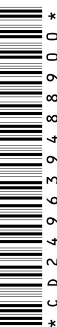
II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão a apreciação de proposições, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes a seu campo temático e áreas de atividade, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 1.857, de 2024, de autoria do Deputado Nitinho, pretende estabelecer a validade permanente do laudo médico que atesta a síndrome de fibromialgia, dispensando a necessidade de renovação para comprovação da condição perante órgãos públicos e privados.

O autor da proposição justifica sua iniciativa destacando que a fibromialgia é uma síndrome crônica que se manifesta com dores no corpo todo, principalmente nas articulações, músculos e outros tecidos moles, por longos períodos. O autor argumenta também que, além das dores, a doença causa fadiga, distúrbios do sono, depressão, ansiedade e outras dificuldades que impactam negativamente a qualidade de vida dos pacientes. Aponta ainda que o reconhecimento dessa condição como permanente pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva, evitando que os pacientes necessitem de constantes renovações de laudos médicos para garantir seus direitos e cuidados.

A fibromialgia é uma condição reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como altamente prevalente e incapacitante, afetando diversos aspectos da vida dos pacientes. O principal objetivo desta proposta é aliviar os pacientes da necessidade contínua de renovação de laudos, uma vez que essa condição é crônica e de difícil tratamento, trazendo um fardo significativo para os que convivem com a doença.



A aprovação do projeto poderá facilitar o acesso a serviços de saúde e benefícios sociais para os pacientes com fibromialgia, garantindo que eles não sejam prejudicados pela burocracia ou pela necessidade de constantes comprovações de sua condição.

Considerando as possíveis melhorias que a aprovação desse projeto poderá trazer para a vida dos portadores de fibromialgia, como a redução da carga burocrática e a facilitação de acesso a direitos e tratamentos, entende-se que a matéria possui mérito e relevância. Por já existir uma Lei que trata da assistência às pessoas com fibromialgia, optei por elaborar substitutivo para inclusão, mantendo o mesmo teor do projeto sob análise.

Pelas razões expostas, na certeza do mérito e oportunidade da proposição, meu voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.857, de 2024, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora

2024-14756



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.857, DE 2024

Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, que estabelece diretrizes para o atendimento de pessoas com fibromialgia, para dispor sobre a validade do laudo médico que atesta a síndrome de fibromialgia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“Art. 1º

.....
§3º Uma vez confirmado o diagnóstico, o laudo médico pericial que atesta a síndrome de fibromialgia será permanente, podendo ser atualizado caso ocorra modificação do quadro clínico”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora

2024-14756

